

PORTFÓLIO DE PROJETOS 2019

A light blue outline map of Brazil is centered on the page. The map is set against a dark blue background with a network of teal lines and circles, suggesting a digital or interconnected theme.

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública

Portfólio de Projetos SENASP

2019

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Sergio Fernando Moro
Ministro da Justiça e Segurança Pública

Luis Pontel de Souza
Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Washington Leonardo Guanaes Bonini
Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira.
Secretário Nacional de Segurança Pública

Freibergue Rubem do Nascimento
Secretário Nacional de Segurança Pública Adjunto

Apresentação

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio de sua Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) apresenta seus projetos estratégicos na área de segurança pública para o ano de 2019, compondo uma carteira, denominada Portfólio de Projetos. Com isso, a SENASP gerencia seus diversos projetos de forma integrada a aumentar a efetividade de suas políticas.

Este portfólio visa, por meio de técnicas, conhecimentos e ações, assimilar a carteira de projetos da organização em uma única gestão. Ou seja, a gestão de portfólio é muito mais do que apenas a reunião de vários projetos ao mesmo tempo, diz respeito ao cumprimento destes de forma eficiente, de modo que resulte no alcance dos objetivos estratégicos.

Assim, a SENASP propicia uma significativa melhoria da governança no âmbito da segurança pública, com uma gestão sistêmica de seus projetos estratégicos, coordenando suas políticas de forma integrada com seus parceiros intra e intergovernamentais além dos entes subnacionais.

Portanto, o Portfólio de Projetos 2019 da SENASP é mais uma ferramenta na busca da excelência no serviço público federal, garantindo a harmonização das estratégias da política de segurança pública e defesa social, para alcance dos resultados desejados na melhoria da qualidade de vida da sociedade e redução da criminalidade violenta no país.

Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira
Secretário Nacional de Segurança Pública

Contextualização

Este documento tem por objetivo apresentar os Projetos do Ministério da Justiça e Segurança Pública no âmbito da segurança pública para 2019, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP. Assim, foram estabelecidos 10 (dez) projetos estratégicos desenvolvidos e monitorados por esta Secretaria, compondo dessa forma o **Portfólio de Projetos SENASP 2019**.

Assim, foram definidas as seguintes ações:

- **PRÊMIO DE EXCELÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA;**
- **FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO;**
- **PROGRAMA DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA;**
- **SINESP INTEGRAÇÃO;**
- **SINESP BIGDATA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL;**
- **FORTALECIMENTO DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS – RIBPG;**
- **PRÓ-SEGURANÇA;**
- **PRÓ-VIDA;**
- **PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA; e**
- **SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA – SINAB.**

PORTFÓLIO DE PROJETOS
SENASP 2019

PRÊMIO DE EXCELÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA



1. PRÊMIO DE EXCELÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

O Prêmio de Excelência em Segurança Pública promovido pela SENASP tem por finalidade premiar as boas práticas desenvolvidas pelas Instituições de Segurança Pública de todo país, possibilitando a sua disseminação. A premiação se propõe a dar reconhecimento e visibilidade a ações concretas desenvolvidas por organizações públicas ou pela sociedade.

O prêmio avaliará os projetos que tenham contribuído para a melhoria da qualidade de trabalho dos profissionais de segurança, redução dos índices de criminalidade, preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente, ampliação da sensação de segurança junto a sociedade e, sobretudo, que busque a excelência dos serviços prestados.

Objetivos Específicos:

- Valorizar as instituições de Segurança Pública, pelas iniciativas voltadas para a melhoria dos resultados de desempenho das unidades, qualidade de trabalho e diminuição da criminalidade e preservação da vida, patrimônio e meio ambiente.
- Reconhecer, divulgar e promover a disseminação de resultados de experiências bem-sucedidas desenvolvidas nas unidades.
- Incentivar o desenvolvimento de boas práticas que contribuam para o avanço qualitativo da Segurança Pública.
- Desenvolver processos de melhoria contínua da qualidade nas unidades de Segurança Pública.
- Estimular o envolvimento e o compromisso dos Profissionais de Segurança Pública e demais membros da sociedade.
- Desenvolver processos e boas práticas de gestão de serviços de apoio, recursos físicos e financeiros;
- Implementar programas voltados para a melhoria da qualidade de vida relacionados à saúde que promovam um cuidado biopsicossocial qualificado aos profissionais de Segurança Pública.
- Reconhecer as inovações relacionadas à gestão pública, que busquem excelência, aprimoramento da qualidade dos serviços públicos e o atendimento prestado à sociedade.



FINANCIAMENTO DAS POLÍTIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MODALIDADE FUNDO-A-FUNDO



2. FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO

O Financiamento das Políticas de Segurança Pública na modalidade Fundo a Fundo (FaF) visa desburocratizar as transferências do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) aos estados e ao Distrito Federal; e fortalecer o Gestor Local com o financiamento de Políticas continuadas de Segurança Pública a serem implementadas pelos estados e o Distrito Federal, com mais liberdade responsável.

Portanto, este projeto tem por escopo a implantação da modalidade de transferência denominada FaF, no MJSP, a exigir-se a adequada regulamentação das transferências na modalidade FaF, para que os estados recebam os recursos e implementem as Políticas de Segurança Pública, o que será concretizado por meio da elaboração de atos normativos e outras formas de orientação aos estados e ao Distrito Federal, de modo a instruí-los em relação à instituição dos Fundos, dos Conselhos e dos Planos Estaduais/Distrital de Segurança Pública, bem como definir as Políticas Continuadas em Segurança Pública que serão financiadas na modalidade FaF.

Objetivos Específicos:

- Analisar todo o ordenamento jurídico a envolver o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).
- Realizar oficina interna com o intuito de fazer um intercâmbio entre as áreas desta SENASP, para promoção e alinhamento das estruturas referentes ao financiamento das políticas de Segurança Pública na modalidade FaF.
- Realizar diagnósticos com o objetivo de conhecer as realidades individualizadas dos estados e do Distrito Federal, naquilo que concerne aos Fundos, Conselhos e Planos Estadual/Distrital de Segurança Pública.
- Promover a capacitação dos estados e do Distrito Federal, em todas as fases da transferência FaF.
- Firmar acordo de cooperação técnica com instituição financeira oficial, para a abertura das contas bancárias e a realização das transferências na modalidade FaF.
- Definir as políticas, os programas e as ações de segurança pública e defesa social a serem financiadas com os recursos do FNSP que serão transferidos na modalidade FaF.
- Iniciar os repasses dos recursos do FNSP na modalidade FaF.
- Desenvolver sistema informatizado de gestão financeira dos recursos do FNSP transferidos na modalidade FaF.



PROGRAMA DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA



3. PROGRAMA DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

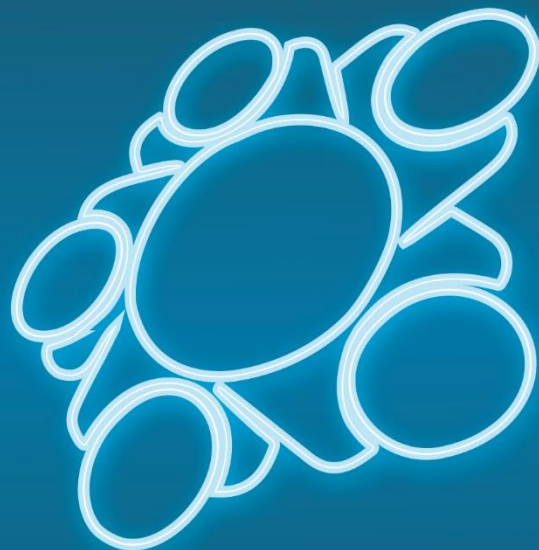
A instituição do Programa da Academia Nacional de Polícia tem como uma das frentes a implementação do Curso de Aperfeiçoamento em Segurança Pública a ser realizado em parceria entre a Senasp e a Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal. Voltado aos policiais civis e militares das Unidades da Federação, e futuramente de policiais estrangeiros, visa aprimorar as competências em segurança pública, para que estes possam colocar em prática o conhecimento em suas instituições de origem.

Objetivos Específicos:

- Fomentar a melhoria da gestão na segurança pública.
- Diminuir a assimetria entre as polícias estaduais e federal.
- Integrar as polícias facilitando estabelecimento de centros de fusão de forças-tarefas.
- Uniformizar os procedimentos.
- Fortalecer laços de cooperação.
- Formar rede de troca de informações.
- Robustecer as corregedorias e introduzir cultura de "assuntos internos".
- Fortalecer autonomia das polícias estaduais.



SINESP INTEGRAÇÃO



4. SINESP INTEGRAÇÃO

Uma das soluções do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) Integração promove a integração de soluções de Tecnologia da Informação essenciais à Segurança Pública, considerando os sistemas em funcionamento nos órgãos Federais, Estaduais e Municipais, viabilizando a coleta e disponibilização de dados e informações junto às soluções Sinesp e sistemas externos, a fim de formar uma base de dados nacional de segurança pública que centralizará as informações coletadas dos 27 entes federados, servindo de fonte para ferramentas de *Business Intelligence* e o Sinesp Big Data.

A ferramenta reúne dados de diversos sistemas, como registro de ocorrências/atendimento dos órgãos de segurança pública, além de bases federais como o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP/CNJ) e a Base Nacional de Veículos do Denatran.

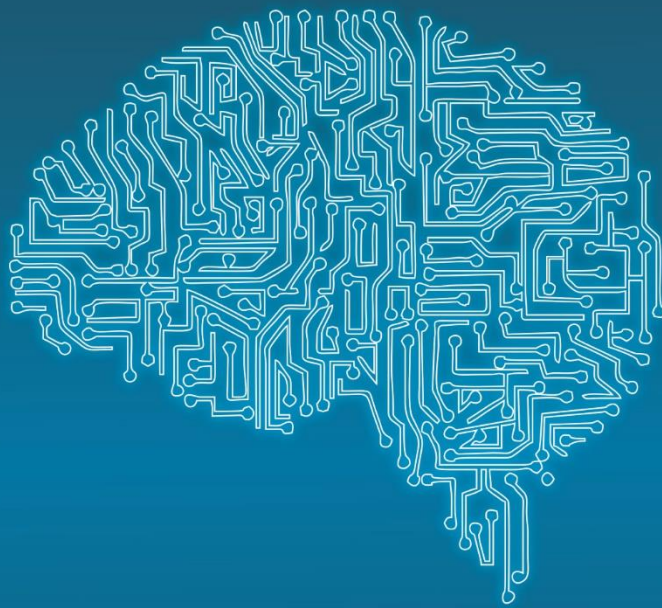
Até o dia 19 de junho de 2019, 26 unidades federativas já estavam completamente integradas, com exceção do Rio de Janeiro (já em tratativa), contabilizando mais de 11 milhões de boletins de ocorrência recebidos, desde o início de operação do sistema. Esses dados integrados servirão aos órgãos de segurança que, através de ferramentas de inteligência de negócio, poderão analisá-los e interpretá-los, possibilitando a adoção de políticas públicas mais assertivas e a otimização de recursos.

Objetivos Específicos:

- Coletar, reunir e disponibilizar dados e serviços relacionados à segurança pública, com base, entre eles, nos boletins de ocorrência dos estados integrados ao sistema.
- Fornecer os dados e informações para outras soluções Sinesp - a exemplo das ferramentas de *Business Intelligence* e Sinesp Big Data - para, através delas, auxiliar na formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas.



SINESP BIG DATA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



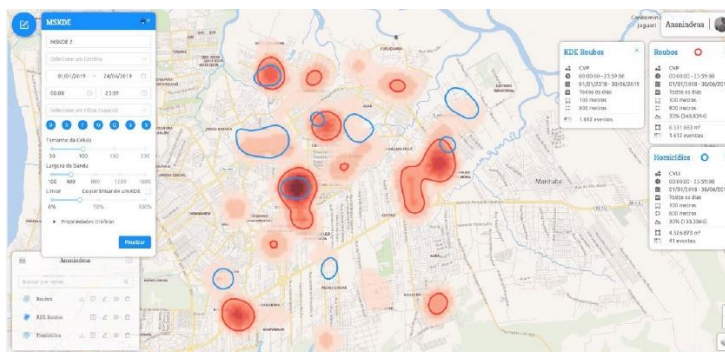
5 – SINESP BIG DATA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O Sinesp Big Data e Inteligência Artificial tem por objetivo o desenvolvimento de estudos e produtos técnico-científicos com a finalidade de implementar plataforma estruturada inovadora para integração e análise de dados e informações de interesse para a segurança pública. Portanto, o programa visa o desenvolvimento de estudos científicos, com a implementação de uma plataforma inovadora, que permitirá integrar e analisar fontes de dados de interesse para a segurança pública, possibilitando a implantação de um novo modelo de governança das estratégias de segurança pública, para descoberta de padrões, detecção de anomalias e predição de crimes.

Assim, a plataforma Big Data e a disponibilização de ferramentas tecnológicas, com aplicação de soluções livres (não proprietárias) e independência tecnológica, permitirá o fomento de políticas públicas na área de Segurança Pública, bem como facilitar as ações de combate à corrupção no âmbito da União, Estados e Municípios, ao longo dos 48 (quarenta e oito) meses de execução do projeto.

Objetivos Específicos:

- Fazer levantamento do estado da arte das plataformas Big Data para processamento em larga escala de dados no domínio da segurança pública, a partir do desenvolvimento feito pela UFC (Universidade Federal do Ceará) para a SSPDS/CE (Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará) e da expertise adquirida neste processo.
- Implantar uma infraestrutura de processamento de larga escala (Big Data) para armazenar e processar os dados integrados da SENASP com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação do MJSP.
- Pesquisar e aplicar técnicas de ciência de dados de maneira eficiente para análise e descoberta de conhecimento nos dados Big Data da Segurança Pública.
- Criar soluções para visualização de dados e inteligência situacional a partir de aplicações analíticas de Big Data relacionadas à segurança pública.



**FORTALECIMENTO DA
REDE INTEGRADA DE
BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS
RIBPG**



6. FORTALECIMENTO DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS - RIBPG

O projeto Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) tem por objetivo modernizar a investigação criminal e produção de provas com o uso de exames de DNA. O foco é maximizar a coleta e o processamento de vestígios biológicos por meio de investimentos e ações de capacitação dos profissionais que atuam desde a preservação do local de crime até a produção da prova pericial. A previsão é inserir 65.000 (sessenta e cinco mil) perfis genéticos de condenados até o final do ano de 2019 e concluir o cadastramento de todos os condenados que se enquadram nos requisitos legais até 2022.

O projeto também inclui o desenvolvimento de sistemas de gestão e controle das coletas e inserções de perfis no Banco Nacional de Perfis Genéticos, de forma que haja acompanhando, em tempo real, de coincidências de vestígios biológicos ocorridas entre diferentes locais de crimes.

Objetivos Específicos:

- Identificação do perfil genético de todos os indivíduos previstos em Lei.
- Examinar todos os vestígios pendentes e inserir todos os perfis elegíveis nos bancos de dados.
- Promover treinamentos nos órgãos policiais federais e estaduais para a preservação no local de crime, coleta e exame dos vestígios encontrados.
- Criar um sistema para melhor controle de indicadores do processo envolvido e cadeia de custódia dos vestígios analisados.



PRÓ-SEGURANÇA



7. PRÓ-SEGURANÇA

O Pró-Segurança tem por objetivo estabelecer padrões mínimos de qualidade dos produtos e equipamentos de segurança pública, de modo a permitir a certificação contemplando ensaios técnicos de acordo com as normas estabelecidas.

O programa visa padronizar e certificar produtos de segurança pública, por meio de criação de grupos temáticos compostos por especialistas em segurança pública com aprofundamento técnico nas respectivas classes de material representantes das regiões do país e por entes correlatos, contemplando uma construção normativa conjunta com alto rigor técnico e que represente as reais necessidades institucionais diversas dos entes federativos.

O Pró-Segurança fomenta a pesquisa e o diagnóstico em segurança pública por intermédio de cooperação com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e prevê a realização de estudos técnicos visando a padronização de especificações técnicas de produtos utilizados pelas forças policiais, respeitando as peculiaridades e particularidades de cada região do país.

Objetivos Específicos:

- Elaborar ato normativo que instrua o "Sistema Nacional de Normalização e Certificação de produtos de Segurança Pública".
- Criar grupos temáticos compostos por profissionais especialistas representantes das regiões do país e por entes correlatos.
- Construir e editar normas técnicas dos produtos elencados como necessidades prioritárias diagnosticadas combate se em pesquisa realizada no exercício de 2018 junto às instituições de segurança pública.
- Criação de roteiros que descrevam procedimentos de certificação de itens e ensaios de amostras.
- Ofertar catálogo de produtos de segurança pública de modo a subsidiar as instituições em suas futuras aquisições.
- Firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) atinente a certificação de produtos e acreditação de organismos e laboratórios.
- Gerar publicações e patentes.



PRÓ-VIDA



8. PRÓ-VIDA

O Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida) tem como objetivo a elaboração, implementação, apoio, monitoramento e avaliação de projetos de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança dos profissionais de segurança pública e defesa social.

O Pró-Vida prevê a integração com a Rede de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública em funcionamento no SINESP Rede, além de instrumentos de pactuação com Estados e Municípios.

Objetivos Específicos:

- Obter diagnóstico amplo e preciso sobre a realidade da saúde, da segurança, da valorização profissional e da qualidade de Vida dos profissionais de Segurança Pública de cada Instituição e por UF (Unidade Federativa).
- Estimular o aumento da produção científica sobre temas relacionados à saúde, à segurança, à valorização profissional e à qualidade de Vida dos profissionais de Segurança Pública.
- Estimular as Instituições de Segurança Pública a adotarem medidas de preventivas contra os efeitos das fontes estressoras.
- Induzir a melhoria das condições de saúde, da segurança, da valorização profissional e da qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública.
- Estimular a melhoria da gestão das Instituições de Segurança Pública e da SENASP, nos aspectos relacionados aos eixos do Pró-Vida, por meio da implementação de um Sistema de Monitoramento dos Indicadores de Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública.
- Cooperar para o aumento do número de demonstrações de reconhecimento do profissional de Segurança Pública pela sociedade.
- Promover ações para a elevação da autoestima dos profissionais de Segurança Pública.
- Estimular a criação de mecanismos de proteção aos profissionais de Segurança Pública e de seus familiares.
- Estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos profissionais de Segurança Pública.
- Identificar e propor mecanismos de valorização profissional.
- Apoiar o sistema de Saúde dos profissionais de Segurança Pública.
- Apoiar o sistema habitacional para os profissionais de Segurança Pública.



**PROGRAMA NACIONAL DE
ENFRENTAMENTO
À CRIMINALIDADE VIOLENTA**



9. PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA

O Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta é uma política pública em fase de elaboração que articula um conjunto de ações multidisciplinares, interministeriais e interfederativas para enfrentar o problema da criminalidade violenta no país, por meio de eixos de atuação específicos e de um sistema de gestão e governança que estabelece objetivos condizentes com os diagnósticos realizados em territórios de concentração de indicadores dessa espécie de criminalidade, estabelecendo-se ações coordenadas e convergentes na área de segurança pública, educação, cultura, saúde e outras.

Este Programa, além de buscar a redução de crimes violentos, prevê a realização de contratos locais de segurança; formação de forças-tarefas; produção de diagnósticos locais de segurança; execução de planos de ações integradas; acordos de resultados; e criação de ciclos temporais de monitoramento dos gabinetes de gestão e governança.

Objetivos Específicos:

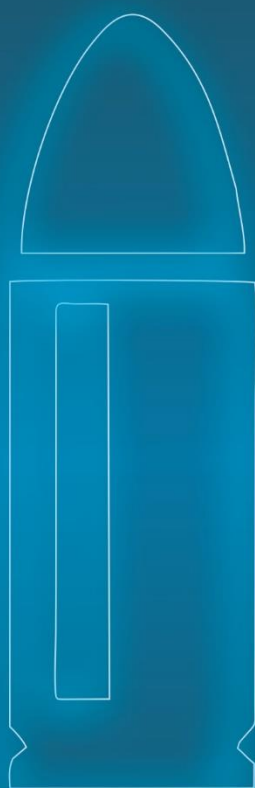
- As forças-tarefas destinadas a gerar um primeiro contato com o território escolhido.
- O diagnóstico local de segurança - análise in loco do problema e identificação do leque de ações para obtenção dos resultados desejados.
- O plano de ação integrada - decorrente dos resultados obtidos no diagnóstico local de segurança.
- O acordo de resultados - formalização das metas a serem alcançadas.
- Os ciclos temporais de monitoramento dos gabinetes de gestão e governança responsáveis pela aferição do impacto das ações do plano de ação integrado, pelos indicadores de resultados e alcance de metas. Serão viabilizadas intervenções corretivas necessárias à redefinição de estratégias e rumos, com vista ao alcance dos resultados esperados. A partir dos resultados dos indicadores e alcance de metas, o gabinete de governança decidirá pela continuidade ou finalização das ações do Programa.

PROJETO ESTRATÉGICO

PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA



SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA - SINAB



10. SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA - SINAB

Segundo dados oficiais, em 2017 ocorreram 65.602 (sessenta e cinco mil e seiscentos e dois) homicídios no Brasil, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes. Trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país. As armas de fogo são o principal tipo de arma utilizada para cometer homicídios no Brasil, sendo utilizadas em aproximadamente 70% (setenta por cento) dos homicídios. As armas de fogo produzem marcas provenientes da interação de suas peças (ejetor, extrator, culatra, alma do cano, percussor) com os projéteis e estojos que expõem, permitindo dessa forma individualizar e identificar uma arma de fogo. O exame dessas marcas é chamado de microcomparação balística e é usualmente realizado manualmente com uso de microscópios ópticos, por meio de comparação visual.

No contexto do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB), são utilizados equipamentos capazes de realizar a microcomparação balística de forma automatizada, nos quais os elementos de munição podem ser digitalizados e inseridos em um banco de dados para realização de busca automatizada, com posterior confirmação pelo Perito Criminal. Dessa forma é possível aumentar a celeridade e eficiência, produzindo provas que possibilitam associar as armas de fogo aos locais e/ou vítimas de mortes por armas de fogo, inclusive em situações que não existe qualquer solicitação de exames devido a falta de informações das equipes de investigação, fornecendo elementos para aumentar a taxa de elucidação desses crimes.

Objetivos Específicos:

- Institucionalizar o SINAB.
- Instrumentalizar os órgãos periciais para melhoria da eficiência e celeridade nos exames de comparação balística.
- Avaliar a necessidade de criação de uma rede integrada de perfis balísticos.



